

Histórias de mulheres da terra: memórias, violências, resistências e relações de gênero

The History of the land woman : memories, violences, resistances and gender relations

Losandro Antonio Tedeschi
PPGH-UFGD
losandrotedeschi@ufgd.edu.br

Resumo: Neste estudo, abordamos a relação tênue entre a linguagem e as identidades de mulheres idosas, buscando reconstruir, de forma sistemática, os traços de identidades que estão envoltos em seus relatos orais. Nossa intenção é conhecer um pouco mais do universo dessas mulheres assentadas que se aventuraram por anos em acampamentos em busca de melhores condições de vida. Na construção da memória, o que se inscreve não é apenas o presente, mas também o representado. No ato de evocar as lembranças, histórias de vida são resgatadas, trazendo em seu bojo o que de mais significativo permaneceu na memória, desvelando nesse processo os laços afetivos, as alegrias, tristezas, conquistas, perdas e, sobretudo, vivências.

Palavras-Chave: Memória, mulheres camponesas, gênero, migração.

Abstract: In this study, we will focus in the tenuous relationship between language and identities of older women, seeking to reconstruct in a systematic way traces of identities that are wrapped in their oral histories. Our intention is to know a little more about the universe of those women who have ventured for years settled in camps in search of better living conditions. In the construction of memory, it's not only the present that falls, but also the represented. In the act of evoking memories, stories of life are redeemed, bringing in its capacity what is most significant in memory, in the process revealing the emotional ties, joys, sorrows, achievements, losses and, above all, experiences.

Key Words: Memory, peasant women, gender, migration.

Ao ouvir mulheres militantes mais velhas nos assentamentos rurais em região de fronteira no Brasil, queremos entender a presença (ou não) do orgulho de pertencer à primeira leva de famílias a se instalar nos lotes, diante de suas dificuldades com relação à construção das primeiras casas, por exemplo. Também visamos analisar como elas expressam suas memórias da vida privada no acampamento e no assentamento em outro país, as quais poderão estar ligadas ao *Habitus* feminino e ao seu papel na família, no lote e na luta pela terra.

A região em questão é marcada desde a década de 1960 por conflitos de luta pela terra, envolvendo famílias de arrendatários, comunidades indígenas e políticas de migração do governo militar brasileiro. Tais conflitos não são uma peculiaridade regional, mas estão

inseridos na problemática das regiões vizinhas, como o Oeste do Paraná e o Leste do Paraguai, onde a expulsão dos trabalhadores do campo daquelas regiões já era fruto do processo de desterritorialização e reterritorialização típico da estrutura agrária brasileira no bojo da "modernização conservadora", agora recriado e protagonizado pela dinâmica de ocupações de latifúndios e sucessivos assentamentos. Nos últimos anos, pesquisas desenvolvidas e informações veiculadas pela imprensa destacam a intensificação da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, especialmente na região sul, apontando, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, para a presença de aproximadamente de 24.760 famílias acampadas em 140 ocupações ocorridas de 2000 a 2005 em todo o Mato Grosso do Sul.

As pesquisas sobre este projeto estão sendo realizadas na região de fronteira do sul de Mato Grosso do Sul e em terras paraguaias. Nestas últimas concentra-se a maior produção de soja para exportação do Paraguai e, também, trata-se da região onde vive o maior número de brasileiros e brasiguaios. Por conseguinte, esta é a região onde é registrado o maior número de casos de violência, coerção e expulsão de camponeses brasiguaios pobres da terra de trabalho, fazendo com que esses trabalhadores reimigrem de volta para o Brasil na esperança de continuar sua reprodução enquanto camponeses¹.

No comparativo com outras áreas, esta região destaca-se pela concentração de famílias assentadas. É o caso dos assentamentos localizados no município de Ponta Porã, efetivados em 2000 e 2004: Itamarati I e Itamarati II.

A pesquisa proposta insere-se neste contexto e propõe-se a delimitar o foco de investigação no Assentamento Itamarati no município de Ponta Porã. A escolha pelo município se deu pela grande concentração de assentados que abriga, pela tradicional luta pela terra, iniciada na década de 1970, por meio de famílias de arrendatários, como também por congregar mulheres migrantes oriundas de assentamentos do Paraguai e da Bolívia, e também por se tratar da maior área de terra para assentamento na América Latina.

Tratam-se de antigos conflitos pela posse da terra, resultantes já da problemática na região Oeste do Paraná e do Paraguai, com a expulsão dos trabalhadores do campo daquelas regiões, resultado de um processo de "modernização do campo e expansão do capitalismo", que estabelecia o latifúndio como base da estrutura fundiária. Atualmente, esta região

¹ Ver: Dissertação de mestrado em Geografia Humana de Luiz Carlos Batista, intitulada *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*, defendida na Universidade de São Paulo em 1990. Também Carlos Wagner *Brasiguaios: homens sem pátria*, no qual mostra as entranhas do poder político, econômico e social paraguaio e sua relação com os 350 mil camponeses brasileiros, atraídos até lá pelas promessas de terras fartas e facilidades para o trabalho.

demonstra um potencial para alternativas de desenvolvimento, haja vista a concentração de famílias, a proximidade dos assentamentos, o nível de organização política observada nesta área, configurada tanto na atuação organizada dos grupos de produção/famílias em suas propriedades, quanto na intervenção na cultura política da região.

O Assentamento Rural Itamarati foi criado pelo INCRA em maio de 2001 como resultado da compra para fins de reforma agrária, num total de 50.000 ha. da fazenda do Grupo Itamarati, do empresário Olacir de Moraes (na época conhecido como “rei da soja”). O assentamento localiza-se a 25 km da linha de fronteira com o Paraguai, a 40 km da cidade de Ponta Porã e 70 km de Dourados. Nele há 4.150 famílias assentadas, sendo assim considerado o maior assentamento rural da América Latina.

Nesse universo de migrações agrárias, uma das mudanças significativas sobre a vida dessas mulheres reside na organização coletiva para a produção de novos espaços, e na capacidade de se adaptarem a situações adversas e criarem diferentes estratégias para viver nos novos lugares, mesmo refazendo projetos idealizados. A construção de novas identidades passa a residir nas redes de sociabilidade que criam com a vizinhança, com comunidade local/regional (modificando hábitos vigentes – linguagem, produtos).

Para trabalhar essas histórias de vida que pouco ou quase nada tem de escrito, resolvemos escolher a história oral, por acreditarmos que ela está mais próxima do que intentamos por sua possibilidade de “compor e interpretar” as histórias de vidas dessas mulheres em seu cotidiano. A história oral discute essa documentação viva, ainda não aprisionada pela linguagem escrita, e incorpora visões subjetivas, observações e sentimentos subjetivos dos indivíduos. Alguém se pode perguntar sobre quais indivíduos e de que sentimentos se fala. Afirmamos que sendo vários os discursos e as experiências de vida que participam, integram e recontam a realidade, a reconstrução dos fatos e a colagem de informações podem ter diversas formas.

No teatro da memória feminina das mulheres mais velhas, a condição de mulher, seu lugar nos espaços do “novo lar”, a missão feminina na transmissão das tradições familiares, serão aspectos enfatizados em nossas análises, refletindo, assim, as representações presentes no imaginário de vida dessas mulheres da terra. Por meio da metodologia da História Oral, analisaremos as funções e os papéis sociais das mulheres assentadas, como também suas trajetórias de vida e os processos de reprodução e transformação sócio-culturais pelos quais estão passando. Tais aspectos nos levam a investigar o espaço social e de trabalho ocupado

pelas mulheres inseridas nesses assentamentos, registrando e analisando as mudanças que ocorreram em suas vidas.

A base teórica de nossa investigação se apoia no pensamento identitário de Ecléa Bosi e na perspectiva historiográfica da discussão social como elemento fundante para a construção de um modo de vida comunitário, embasado no pensamento de Paul Thompson. Através de uma visão multidisciplinar da produção cultural e das ciências humanas, tendo como pressupostos diferentes discursos existentes, em relações sociais diferenciadas, em uma cultura de gênero, serão analisadas as vozes que estão impregnadas no discurso, ou seja, a interação entre os discursos como constituição e manifestação da inventividade dos sujeitos.

Contudo, há poucos estudos referentes à mulher camponesa migrante, protagonista dessa narrativa de colonização “além da fronteira” marcada por lutas, sacrifícios, renúncias, coragem, ousadia, conquistas, perdas e muito trabalho. Se a elas fizeram referência foi através de uma lembrança passageira inscrita numa página ou em um simples parágrafo. As particularidades da atuação feminina não são enfrentadas em textos que abordam a migração para terras fronteiriças com o Paraguai, e nem mesmo a produção acadêmica tem voltado sua atenção para as personagens de construção do cotidiano dessas mulheres que acabaram regressando ao Brasil em busca de terra e condições de sobrevivência.

Michelle Perrot em “*As mulheres e os silêncios da história*” (2005, p. 31) mostra, por meio de diversas abordagens, que a dificuldade de se construir uma história de mulheres deve-se ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados; acrescentando que, “entre a fugacidade dos traços e o oceano de esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos”. Tal afirmação é sublinhada já na introdução desse livro quando diz que no início era o Verbo, mas o verbo era Deus, e Homem. Na mesma direção, Sueli Kofes (2001, p. 21) argumenta que não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los metaforicamente como “mortos”, e, que nesse jogo da memória, entre lembranças e esquecimentos, devem-se considerar os embates políticos que permeiam as narrativas.

Tendo em vista esta realidade e para não mais se correr o risco de total esquecimento das trajetórias de vida das mulheres em assentamentos rurais em regiões de fronteira me proponho neste trabalho a registrar as memórias dessas mulheres a partir de seus relatos comparando-os com outros textos e contextos que permeiam esta história da “colonização”, “migração” em busca do lote de terra nas fronteiras do Brasil com o Paraguai.

Esta busca, num campo vasto, mas pouco explorado cientificamente, consiste em

trabalho de garimpagem, de seleção, de cuidadosa filtragem, para que o acúmulo de dados apurados e de emoções suscitadas nos encontros entre pesquisador e interlocutoras não se torne um campo minado. Preocupamo-nos em não me deixar levar pela relevante atuação das mulheres dessa região, relegando a um plano secundário suas emoções, os choros emudecidos, o não-dito, a resignação dessas mulheres por não encontrarem a tão sonhada e projetada realidade.

Nesta perspectiva, não procuramos analisar objetivamente as estruturas econômicas, políticas e ideológicas operantes na narrativa histórica e social desse processo de idas e vindas em busca de terra, impondo se estas leituras, quando tratamos dos diversos contextos, nos quais, as mulheres e suas famílias, estiveram inseridas. No entanto, pretendemos descrever e interpretar as lacunas textuais, discursivas e representativas que não mostram a mulher trabalhadora rural, professora, catequista, agente de saúde, líder comunitária, vereadora, sindicalista, entre outras funções assumidas e desempenhadas pelas mulheres nos diversos espaços sociais que foram construídos nesta região de fronteira.

Através de suas histórias de vida, de um intenso trabalho de campo e da possível interlocução com outros agentes (representantes da igreja, escola, sindicatos, movimentos populares, organizações não governamentais, setores públicos governamentais, etc.) que fazem parte dessa conjuntura histórica e social, nos propomos a descrever e analisar o processo de ocupação e organização social de comunidades rurais no Paraguai (fronteira com o Brasil) e, conseqüentemente, a sua extinção, a partir das narrativas femininas. Assim, colocando em pauta as redes de sociabilidade, de solidariedade, de parentesco e de produção instituídas por elas e suas famílias no contexto da posse dessas terras, como também de sua expulsão.

Dessa forma, este texto pretende instituir as mulheres migrantes, hoje assentadas nos lotes, enquanto sujeito histórico dessa conjuntura, como também proporcionar um acervo de leitura e de pesquisa para outros estudiosos que queiram trabalhar neste campo. Infelizmente, essas mulheres, protagonistas do processo de ocupação, colonização, além das fronteiras brasileiras, quase nada escreveram sobre esta narrativa de colonização, de que elas e suas famílias fizeram parte. A maioria detém baixa escolaridade, sobretudo as nordestinas, enquanto que, entre as sulistas, apenas algumas concluíram o ensino médio.

Tanto umas, quanto outras, por conversas por nós já efetuadas, dizem estarem empenhadas em garantir a sobrevivência e o bem-estar da família, não lhes sobrando tempo

para pensar e escrever aquilo que sentiram, viveram e sonharam nos primeiros anos de produção e moradia no Paraguai.

O panorama e as cenas cotidianas, descritas preliminarmente por elas, eram suficientemente ricas em aventuras, desafios e acontecimentos prosaicos que encheriam centenas de folhas escritas. A percepção da necessidade de registro se constitui numa percepção a posteriori: as mulheres que dizem isso presentemente se reconstruíram durante mais de três décadas. Nos anos 1970/80, eram apenas camponesas que seguiam seu percurso em busca de terra e não havia qualquer consciência de que viriam a ser personagens de um processo histórico de ampliação da fronteira². Para a sua construção enquanto sujeitos históricos, contribuíram intermediários, como representantes da igreja, sindicatos e outras organizações sociais.

Neste contexto, essas mulheres vivenciaram situações limites que ficaram marcadas em suas memórias. Entretanto, no desenvolvimento dessa narrativa de colonização, ocupação de terras na fronteira paraguaia, essa memória feminina raramente aparece. Em geral, ainda predomina o relato masculino, considerado o principal empreendedor da colonização e do discurso. Ao imiscuir a fala e o registro da participação feminina neste contexto, sua história deixa de ser memorizada.

Daí a importância em reintroduzir as mulheres na história, identificando-as nos inúmeros momentos em que estiveram presentes, como ainda sua importância e o papel que exerceram. A este respeito, Bourdieu (1998, p. 90) adverte que “é necessário reconstruir a história do trabalho histórico de deshistoricização”³. Trata-se de ouvir essas mulheres, como os homens são ouvidos, no sindicato, no partido, na rua, em casa, pois assim suas histórias podem revelar outras facetas dos acontecimentos desta saga de colonização, expulsão e reconquista de seu pedaço de chão em terra brasileiras, além de reconstruir as histórias de vidas de suas partidas e chegadas em solo brasileiro.

Esse quadro de referência mostra como a memória é estruturada pelos papéis sociais e que há todo um conjunto de elementos que interferem na reconstituição do passado, como as

² A respeito da noção de “fronteira” consultar MARTINS, J. S. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

³ “[...] ou se preferirmos, a história da recriação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina que é realizada em permanência, desde quando há homens e mulheres, e por meio da qual a ordem masculina é reproduzida a cada época histórica. Em outras palavras, uma história de mulheres, que revela, apesar dela mesma, permanência e constância, deve, ao se querer conseqüente, abrir espaço prioritariamente para a história de agentes e instituições: Igreja, Estado, Escola, que podem ser diferentes em diferentes épocas, quanto ao seu peso relativo e suas funções”.

diferentes trajetórias pessoais e os fatores objetivos e subjetivos, que não podem ser desconsiderados. Assim, as mulheres, bem como os homens que compuseram a história de colonização/ocupação de terras “além fronteiras”, construíram de forma diferenciada suas histórias e memórias sobre o que viram e vivenciaram nesse período.

Dessa forma, percebemos que os significados que os migrantes atribuem a sua experiência passada e às maneiras pelas quais as histórias de vida são lembradas e contadas, mudam com o passar do tempo e de acordo com a posição que a pessoa ocupa no momento do relato. Por exemplo, uma mulher agricultora que está diretamente vinculada à unidade de produção e uma outra mulher igualmente agricultora, mas que ocupa algum cargo de liderança no espaço sindical ou político, apresentam memórias diferentes sobre o mesmo projeto de colonização do qual fizeram parte. O relato desta última é mais detalhado, rico em comentários que revelam um maior entendimento dos fatos vividos.

Ecléa Bosi (1994), em seu estudo sobre memórias de velhos, explica que, em relação à política, a informação dos militantes é sem dúvida mais rica e pormenorizada, em comparação a dos simples espectadores. Isto também se pôde perceber nos relatos das mulheres que compuseram este trabalho. Aquelas que tinham maior envolvimento social e/ou político se mostraram mais interessadas em registrar suas histórias, acrescentando-lhes pormenores que consideravam importantes de serem registrados, sendo o contrário de outras mulheres que estavam mais centradas no espaço doméstico e familiar.

Verificamos que na velhice, a lembrança se torna algo muito fluido, alguns se lembram com riqueza dos detalhes, outros não. As recordações também se embaralham, cristalizam, recriam memórias, perdem-se a exatidão.

Almejamos explicitar a partir das lembranças de que maneira se produziram as relações e interações sociais e de gênero com as mulheres nesses assentamentos, e também levantar como se configuram e constroem as identidades e a memória cultural nas conjunturas resultantes do processo de transformação ocorrido durante o período de migração, do acampamento e da posse da terra.

Procuraremos, através dos testemunhos das mulheres mais velhas, entender a lógica dos enovelamentos tradicionais, das teias familiares que são tecidas por todos os membros das unidades familiares, especialmente pelas mulheres, enredando estas, como os sujeitos centrais no espaço dos lotes, necessárias para o andamento de atividades inerentes a casa e a seu entorno, à criação de filhos/as e às parcerias com companheiros.

Nesse modelo, os aspectos que historicamente o representam são de responsabilidade das mulheres. Na dimensão do barraco, inexiste a plenitude do cuidar, seja internamente, como em seu entorno. Por isso, o aumento do tempo livre, o que permite a participação delas nas ações de luta. Aliado a isso, havia a necessidade de todas as pessoas de cada família, sejam homens, mulheres, jovens e crianças, unirem forças e criarem múltiplas estratégias que tornassem possível a passagem do viver provisório para o viver definitivo e sossegado.

Quando da efetivação dessa passagem, na mudança para os lotes de produção, já no assentamento definitivo, reassumem o papel tradicional na esfera privada. É o novo tempo, o tempo da casa, que suplanta aquele do barraco e recria velhas posições, reduzindo a participação da mulher em espaços de maior visibilidade, ou seja, o espaço público do movimento. As histórias de vida, que serão coletadas, poderão apresentar elementos pelas quais as mulheres dizem de si e ou para si, revelando possivelmente o imaginário social e as representações presentes nas trajetórias de suas vidas.

Privilegiando desta forma a experiência e tendo como recorte empírico trajetórias em diferentes tempos, defrontamos-nos com algo que já foi e sobre o qual se fala. Nesse sentido, ao se tratar de experiências narradas, toma-se crucial levar em conta também a temporalidade interna às próprias narrativas. Expor, contar, referir, dizer, registrar, pôr em memória (e, portanto, lidar com a temporal idade) são elementos semânticos constitutivos do termo narrar. Os sujeitos, sobre os quais se debruça uma pesquisa, narram ao pesquisador eventos, trajetórias, valores, ações, atores e enredos. Desse modo, e é isso também que o pesquisador relata aos seus leitores. Ora, se a faculdade de intercambiar experiências se atualiza no ato de narrar, e se a fonte a quem recorrem todos os narradores é a transmissão da experiência de pessoa a pessoa, oralmente ou pela escrita, poderíamos traçar um nexo entre experiência, narrativa e memória com as mulheres migrantes camponesas.

Nexo, aliás, já apontado por Walter Benjamin. Mas, como acrescentar a estas histórias de vida as conceitualizações de gênero? Tomemos, em primeiro lugar, memória e gênero. A memória, se considerada como lembrança e esquecimento ancorados no presente, seria, para os mais cientificistas, uma fonte inviável para a reconstituição do passado. Porém, se deixarmos de lado as preocupações positivistas dos trabalhos de história oral interessados em desvendar o que "verdadeiramente" aconteceu no passado, é possível percebermos a riqueza

oferecida pelas memórias⁴.

Segundo Halbwachs (1990), nada na memória escapa à trama sincrônica da existência social do presente. Assim considerada, a memória desaprisionaria os fatos de uma temporalidade linear, externa, própria da reconstrução histórica, libertando as múltiplas temporalidades vivenciadas. O que é lembrado responderia sempre às necessidades da ação atual que, nas palavras de Halbwachs, operam à maneira de um filtro, selecionando as tradições que se esquecem e as que se transmitem, de maneira que as tradições são modificadas à medida que os grupos mudam. Nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social, uma vez que, para o autor, a lembrança pessoal está situada na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com as quais os indivíduos estão comprometidos. Todavia, se essas reconstruções falam de um presente que estabelece limites para as lembranças e que as molda continuamente dando a elas novas formas, as lembranças também falam do passado.

Entretanto, seria possível levar em conta o "vaivém" entre presente e passado e a singularização do social contida nas trajetórias individuais sem necessariamente cair nas armadilhas de uma procura de reconstrução do passado ou aquela de partir de uma noção de indivíduo para, em seguida, ter de situá-lo socialmente. O que se acentua ainda mais, para o segundo caso, se considerarmos que a própria ideia (e ideal) de indivíduo pressupõe um social que a afirme. Parece-nos mais adequado, portanto, falar em recriação e em experiências. Ora, nessa interação entre passado e presente, nessa recriação através das experiências diversificadas dos sujeitos, pressupomos a atuação de gênero.

Ao falarmos de gênero, situamos-nos simultaneamente no campo de concepções e ações e o consideramos como um operador de diferenças, pensado como um "através", um meio através do qual se organizam relações sociais, marcando experiências. Quem narra suas lembranças, recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. Entretanto, dizer que lembrar é recriar experiências marcadas também pelo gênero está muito distante de afirmar uma especificidade da memória feminina, ancorada na biologia ou, no âmbito do social, nos papéis sexuais. Afirmar que o gênero marca as memórias – em narrativas biográficas ou em tradições orais – não é o mesmo que afirmar que as mulheres têm uma lembrança específica enquanto mulheres ou os homens enquanto

⁴ Como é expressa nos primeiros trabalhos de Paul Thompson, por exemplo, a primeira edição de *The Voice of the Past, Oral History*, Oxford University Press, 1978 (*A voz do passado. História Oral*). São Paulo, Paz e Terra, 1992. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira.

homens, porque a biologia assim o determina ou porque a divisão sexual de papéis assim os define.

As discussões sobre memórias femininas e o uso de fontes orais para "resgatar" a "história das mulheres" que, informados pelos Estudos de Mulheres, proliferaram na década de 1980, explicitaram sua preocupação em dessencializar a memória feminina⁵. Porém, terminaram por fixar uma identidade: a categoria mulher que, enquanto tal, ficaria imune à historicidade. Diversas perspectivas têm insistido na ausência de uma identidade coletiva, mulheres. Mas, tentando escapar de uma identidade ancorada nos componentes biológicos do feminino, acabaram por afirmar uma identidade na qual o social deriva do biológico.

É frequente ler afirmações que aludem a diferenças entre memórias masculinas e femininas que atravessam classes sociais, e que resultam das tarefas sociais enquanto homens e mulheres. Dizer que as mulheres falam da família e o homem de outras coisas, aparece quase como um lugar comum nestes textos. Michelle Perrot (1989), ao discutir a possível "especificidade" da memória feminina, afirma que, se ancorá-la na natureza e no biológico, ela não existe. Entretanto, haveria sim uma especificidade, à medida que as práticas socioculturais presentes nas operações que constituem a memória estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, são produto de uma história. A memória, forma de relação com o tempo e o espaço, seria profundamente sexuada.

A autora considera que a memória é marcada, estruturada, por papéis sociais. Papéis masculinos, desempenhados, às vezes, por mulheres, e femininos que podem ser desempenhados por homens. Perrot conclui que a memória é diversificada de acordo com os itinerários individuais. Em suas palavras: "A memória passa mais pelo modo de vida que pela variável sexo (...), sua sexualização seria constitutiva do debate das determinações sócio-históricas do masculino e do feminino" (1989, p.11).

Em termos de gênero, esta análise descola "papéis femininos" de "mulheres" e "papéis masculinos" de "homens". Parece-nos, entretanto, que é possível pensar a relação entre gênero e memória, complexificando-a mais, possibilitando a compreensão da multiplicidade de configurações de gênero que marcam a memória e nela se expressam. A ideia de que a memória está estruturada pelos papéis sexuais (papéis masculinos/papéis femininos) entra em confronto direto com a perspectiva dos mais instigantes estudos de gênero. Uma perspectiva

⁵ Exemplos disto é a publicação da Mesa Redonda: Histoire orale et histoire des femmes, no *Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, Supplement n° 3, 1982, e o Número do Penelope, n° 12, 1985, dedicado a *Mémoires des femmes*.

de gênero poderia, talvez, ser melhor compreendida através da noção de experiência (conforme a definimos anteriormente), do que o permite a teoria dos papéis sexuais.

Desde a perspectiva das teorias contemporâneas de gênero, as experiências singularizadas são fundamentais para as quebras identitárias. Já as recentes discussões sobre narrativa destacam sua particular eficácia na afirmação das singularidades.

Lidar com as narrativas, portanto, nos parece um meio de encadear experiências femininas, memória e gênero. No entanto, não é suficiente afirmar que os elementos deste encadeamento – as experiências, as memórias que as recriam, dotando-as de temporalidades específicas, e as narrativas através das quais são transmitidas – são marcadas pelo gênero. Um dos pontos importantes na pesquisa é mostrar como o gênero opera nesse processo migratório, e ainda como essa operação marca as narrativas, bem como o que nelas se expressa. Este "como" só pode ser desvendado através da análise de material empírico que permite o confronto entre diversas experiências contextualizadas. Isto nos parece particularmente importante considerando dois dos pressupostos fundamentais para a dessencialização presente nas teorias contemporâneas de gênero: um histórico, o outro sociocultural.

O termo histórias de vida abarca procedimentos e aproximações extremamente diversos. A preocupação com critérios de verdade e de história “objetiva” ou verdadeira afetaram algumas de suas perspectivas tanto quanto influenciaram o estudo das tradições orais⁶. Linhas de pensamento preocupadas com dados factuais confiáveis e representativos desprezaram as autobiografias porque, entre outros motivos, nestas é impossível escapar da “perversão da verdade produzida pelo jogo da memória com o passado”. Também algumas linhas que promovem o trabalho com histórias de vida tratam de controlar, através de uma diversidade de mecanismos, a “verdade” dos dados levantados para evitar os perigos implícitos na memória.

Em nossa pesquisa, assumimos também junto com Bosi (1995) a memória-trabalho, entendendo que, ao lembrar, o sujeito narrador reconstrói suas lembranças, refaz seu

⁶ Uma ampla descrição das diferentes perspectivas na América Latina é oferecida em CAMARGO, Aspasia, Hippolito, ROCHA, Valentina de “Histórias de Vida na América Latina” In *BIB-Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, RJ: no. 16, 2o. semestre 1983, p 5-24. Paul Thompson também atribui à influência de Malinowski o estancamento do trabalho com histórias de vida no período entre as duas guerras. O argumento de Malinowski era que as tradições orais não tinham valor virtual como história, na medida em que sua função era justificar e explicar o presente: o mito não seria uma história falsa, nem a narrativa de uma realidade morta. Seria a afirmação de uma realidade maior e parcialmente viva. Para Thompson, os argumentos de Malinowski, apesar de aplicarem-se mais à tradição oral que à história de vida, inibiram também o desenvolvimento desta última. Thompson, Paul: *The voice of the past. Oral history*. Oxford, Oxford University Press, 1978.

passado e re-projeta seu presente e seu futuro. Sobre o processo rememorativo, Thompson(1997) enfatiza o caráter de transformação que a memória engendra uma vez que ela possibilita, ao sujeito que rememora, a partir da reconstrução de análises do já ocorrido, traçar novos horizontes até então não imaginados. Por essa perspectiva, a memória desempenha o papel de catalisadora, carregando com ela um grande potencial transformador. Neste processo, o historiador aprende, na entrevista, a ouvir, a se relacionar com pessoas de classes sociais diferentes e a se envolver em histórias que retratam momentos sociais de quem as conta. E, para isso, esclarece que o historiador oral precisa ser “um bom ouvinte, e o informante, um auxiliar ativo.” (BOSI, p. 1995, p. 11).

As mulheres assentadas migrantes retornaram para os diferentes pontos de Mato Grosso do Sul, carregando consigo uma bagagem de conhecimento e cultura própria que aqui foram utilizadas. Estas mulheres resistiram ao período do processo migratório de diversas formas. Cada uma escreveu como pode um capítulo da história. Estas experiências vividas têm reflexos em nosso cotidiano de vida e, principalmente, na educação das futuras gerações nos assentamentos.

A memória das mulheres migrantes mais velhas nos assentamentos e suas histórias pelo poder da palavra podem fazer a mediação entre a nossa geração e as passadas, sendo o intermediário formal da cultura. A memória oral das mulheres rema contra a maré, desprovida muitas vezes de poder, resultado de práticas de dominação que Pierre Clastres registra, de maneira bastante precisa, como o encontro de duas instâncias fundantes do próprio movimento da história. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar”. (CLASTRES, p. 1982, p.106). As mulheres mais velhas hoje se agarram a fiapos de sua memória familiar, para não deixar morrer a memória coletiva, sua história de vida e de movimento social construtor da história.

Desta forma, os Relatos Oraís têm se apresentado como uma valiosa contribuição para os estudos na área de história social e cotidiano das mulheres com especial ênfase na história das mulheres. Para Thompson, “até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada [...]. O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta” (1992,

p. 134)⁷.

As mulheres migrantes em seu processo de produção social construíram significados pelos quais se enunciam e narram a sua história. É a partir das falas que pretendemos descobrir como se instituem, como se descrevem, se revelam nos seus “novos” papéis. É nesse processo de produção social que mundo social, que constroem uma narrativa que conduz significados, revelações e identidades de gênero.

Através das entrevistas, estamos analisando que elementos simbólicos são construídos pelas mulheres, e se apresentam, muitas vezes, como o avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essas mulheres convivem, toleram, assimilam, resistem à opressão das relações de gênero.

Michelle Perrot (2007) faz uma crítica muito rigorosa à ideia de feminino como um ser dominado, ou ainda aqueles que consideram que as mulheres por terem uma herança simbólica e histórica de invisibilidade por essa razão se constituiria um sexo “frágil”. A história de vida capta a dinâmica, as características e parâmetros da cultura individual. Através dela, é possível perceber como o sistema sócio-cultural afeta o comportamento individual, os valores e a autoimagem. Por outro lado, o indivíduo afeta a comunidade em que vive, atuando como uma fonte de mudança cultural significativa. Ademais, a história de vida fornece o aspecto social, o psicológico e a interface entre ambos.

Das narrativas podemos extrair as bases sociais que formam a identidade, o poder da sociedade em pressionar para o conformismo, reforçando os tradicionais papéis de gênero. Os sem-voz foram silenciados sem consentimento. São pessoas não escutadas porque seus pontos de vista são tidos como não importantes. Calados devido a um estigma social ou status inferior: pobres, mulheres, crianças, deficientes, homossexuais, minorias étnicas, religiosas e um eterno, etc. (PERROT, 1998, p. 30). Para romper com a tradição do silêncio, os pesquisadores buscam um novo conjunto de imperativos na condução das pesquisas com e sobre os silenciados. O conhecimento pode e deve ser produzido, apropriado e utilizado pelas pessoas comuns, produzido num contexto político de solidariedade, mutualismo e relações não hierárquicas.

Tanto história oral, quanto história de vida parecem orientadas a uma ciência com postura de ativismo social. Maria Izilda Matos (2005) atesta com propriedade que alguns

⁷ ALBERTI, V. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003. Disponível em <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 02 de abril de 2009

fatores explicam a maior presença de mulheres nos estudos acadêmicos dos últimos anos, tais como a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho e suas lutas pela igualdade de direitos.

Nesse sentido é que entrevistando as mulheres militantes mais velhas sobre suas histórias de vida e migrações de busca pela terra, que procuraremos entender as diversas histórias que marcaram suas vidas, através da memória. A partir das lembranças poderemos ainda construir um quadro histórico da percepção que essas mulheres têm de suas vidas, de suas trajetórias na busca pela terra, suas leituras feministas sobre o processo migratório até a posse da terra.

A fala é um instrumento decisivo para as mulheres pobres dos assentamentos que vivem a radicalidade cotidiana da luta pela permanência na terra. As mulheres do campo vivem jornadas combinadas, quando estão no lote, com a jornada fora do lote, no emprego doméstico ou na feira, de modo que, neste caso, ainda há uma continuidade do trabalho, ou seja, quando expõem e vendem seu produto, tornando-o mercadoria, as mulheres executam um trabalho cuja natureza é diferente, por ser de comercialização, mas que é a continuidade e finalização dele, porque vêem o produto tornar-se mercadoria e auferem, assim, rendimento. Nessas jornadas, elas conciliam o papel da mulher que sai de casa para vender sua força de trabalho e seus produtos na feira, com o da mulher tradicional, a que cuida, zela, lava, passa e usa seus saberes tradicionais para auferir renda.

Para nós, parece que o caminho mais abrangente na construção desse processo de análise das histórias de vida, desse processo de conhecimento via suas memórias, inclui o exame crítico sob a ótica de gênero. As análises, que pretendemos efetuar sob o olhar das relações de gênero, poderão desvendar conflitos, possibilitando vislumbrar um sentido duplo nas interpretações das histórias de vida dessas mulheres migrantes, contribuindo, assim, para visibilizar novas ferramentas de leitura da história das mulheres camponesas e fixar nossa atuação na região, fortalecendo a linha de pesquisa na pós-graduação (mestrado/doutorado) e as produções científicas acadêmicas.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de história Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.



- _____. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. Usos e Abusos da História Oral. R.J. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARANTES, Antonio Augusto (Org). Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade média e no renascimento. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças de Velhos (3a ed.)São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUMER, Anita. Dossiê Agricultoras no Sul do Brasil. In: Revista Estudos Feministas (Edição Especial). Vol 12. n. 1. Florianópolis: 2004.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: *artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.
- KOFES, Suely. Uma trajetória, em narrativas. Campinas, Mercado de Letras, 2001.
- MASSI, Marina. A vida de mulheres: cotidiano e imaginário. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992. (Série Logoteca).
- MATOS, Maria Izilda S. de. Por uma história da mulher. Bauru: Edusc, 2005.
- _____. Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo, EDUC, 1997.
- _____. Cotidiano e trabalho: mulheres imigrantes portuguesas. São Paulo, 1890-1930; In: Rosto feminino da expansão portuguesa. Lisboa, CIDM, 1996.
- MARTINS, José de Souza (1986). O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis-RJ: Vozes, p.43-61.
- _____. Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano, 2ª edição, rev. e atualizada, Contexto, 2009.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Projeto História. São Paulo, PUC, n. 10, dez - 1993.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História, nº 18, São Paulo, 2000.

_____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. As mulheres e os silêncios da história. São Paulo: EDUSC, 2007.

_____. Les Sources orales pour l'histoire des femmes. In: Une histoire des femmes. est-elle possible? Paris, Rivages, 1984.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista de História. VI 24, n.01, São Paulo, 2005.

TEDESCHI, Losandro Antonio. História das mulheres e as representações do feminino. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.) A escrita da história: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed.Unesp, 1993.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, SOS Corpo. 1995.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.